





EDITORIAL

“Por que foi que cegamos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegámos, penso que estamos cegos. Cegos que vêem, Cegos que, vendo, não vêem”

(José Saramago, Ensaio sobre a Cegueira)

O golpe tomou de assalto a democracia em 2016. Imediatamente os usurpadores do poder, deram início a uma política de retrocessos e ataque aos direitos sociais e trabalhistas. A concepção de um Estado Neodesenvolvimentista dá lugar ao Estado Neoliberal, de entreguismos e alinhamento ao capital estrangeiro.

A Educação não ficou à margem. A aprovação de uma reforma no Ensino Médio através de Medida Provisória, logo nos primeiros dias do golpe que desconsiderou os sujeitos envolvidos e o acúmulo de anos de reflexões que se produziu sobre o tema, é mais uma evidência daquilo que este governo tensiona produzir.

Houve reação. Estudantes no Paraná ocuparam suas escolas. Foram mais de 1000 escolas tomadas por adolescentes. Ana Júlia, uma estudante do Ensino Médio, ocupante de uma escola “afrontou” o legislativo paranaense com um discurso inquietan-

te e que emocionou a todos(as). Não há como fugir da pergunta inicial feita por ela: de quem é a Escola?

Esta é uma das perguntas que norteia a Edição Pedagógica deste início de ano. Sua resposta pressupõe pensar a escola pública – seus sujeitos (estudantes, professores(as), funcionários(as), pais e mães), o currículo e as condições estruturais. Em tempos do aguçamento das políticas neoliberais, não há dúvidas que a Escola Pública está sob forte ataque. No entanto percebe-se uma analgesia geral. Um certo conformismo que beira a desesperança.

Como reagir a “treva branca” – uma analogia ao texto de Saramago em que uma cegueira branca toma as vistas das pessoas de uma cidade impedindo-as de enxergar e que aos poucos resulta na barbárie – ? Será que aquilo que nos resta é assistir uma sociedade que cada vez mais se produz pelo medo, pelo ódio e pela morte? É como assistir ao nosso próprio réquiem.

A treva branca é uma forma alegórica de falar da produção da alienação e ausência de reação as situações sociais e culturais que nos encontramos imersos. Tomados por um “mar de leite” não enxergamos o semáforo a nossa frente, a realidade que nos circunda. Produzem-se insegurança e medo, e o medo acaba por nos cegar e sua permanência é que nos manterá na cegueira, e por vezes torna-nos bárbaros e odiosos.

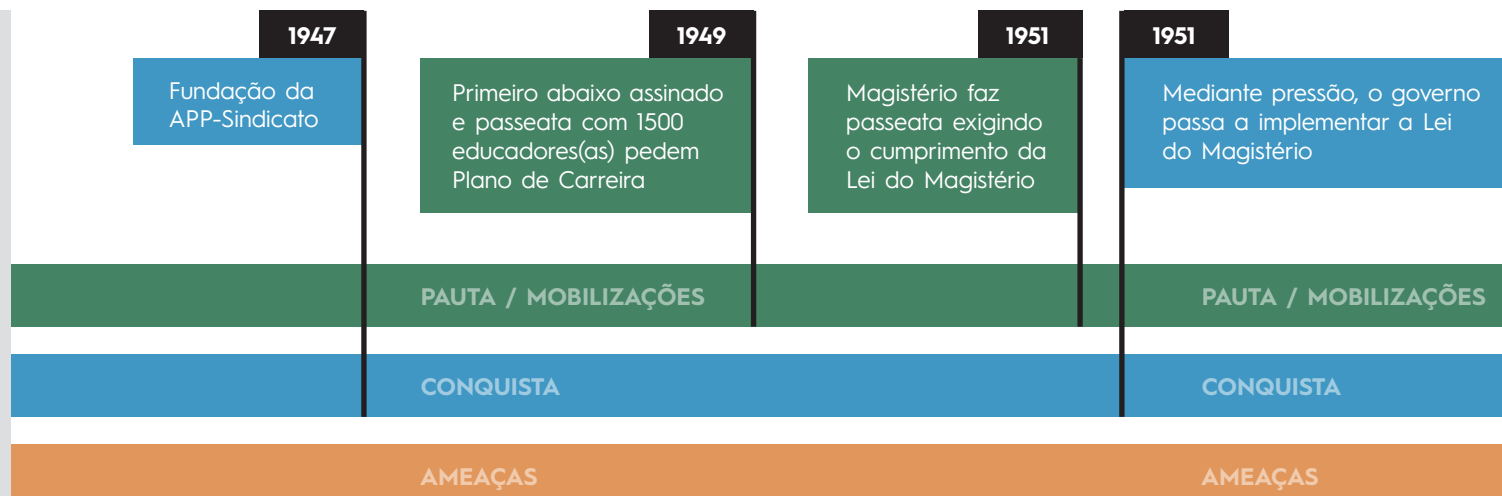
Não sucumbir ao réquiem que nos prepararam só é possível pela resistência. Há que se resistir. É da

forja desta matéria – a resistência – que os(as) trabalhadores(as) se constituíram como classe. Esquecer-se dela é o que querem os assassinos de sonhos com seus programas, suas reformas, flexibilizações e otimizações. Querem-nos conformar ao amálgama da mediocridade e do papel de subserviência ao capital. Inculca-nos o medo e tirar-nos a esperança. Mas a resistência restaura a esperança. Em Saramago a resistência e esperança vieram em forma de mulher, do feminino, daquela que enxergava e ajudou a outras pessoas a também enxergarem. Aqueles(as) que veem tem a obrigação histórica de ajudar na superação da cegueira.

A menina Ana Julia – de novo o feminino – enfrentou uma ALEP tomada em sua maioria pelos vassalos(as) do governo Beto Richa e do usurpador Temer e de uma forma simples, fez-nos ver sobre a quem de direito pertence a escola pública. Olhar para Escola Pública. Ver os ataques que estamos sofrendo. Limpar-se da nódoa láctea que toma a vista, superar o medo, a apatia, a insegurança, o conforto do lugar-comum em que nos encontramos e resistir aos projetos que governos querem impor e que representam a morte desta mesma escola. Esta é a tarefa que teremos neste ano e nos seguintes e enquanto persistirem aqueles(as) que assaltam a democracia.

Linha Histórica de Lutas, Conquistas e Ameaças e o Protagonismo da APP através de sua categoria.

- PAUTA/MOBILIZAÇÕES
- CONQUISTA
- AMEAÇAS



Por que lutar pela Escola Pública nos dias de hoje?

Quando pensamos em *Escola Pública* nos remetemos à Revolução Francesa, quando o combate à aristocracia levou à necessidade de substituição do “*súdito*” pelo “*cidadão*” e para isto, era necessário que cada indivíduo tivesse acesso a novos conhecimentos, valores e comportamentos. Foi a partir daí que se construíram os conceitos de Educação Pública, Laica, Universal e Gratuita, sendo hoje um valor defendido em todos os países.

A escola encontra sua razão de ser na formação deste cidadão e a organização da educação passou a fazer parte das obrigações do Estado, uma instituição grande o suficiente para atingir toda a Nação. O Estado começa a financiar as escolas, decidir programas e métodos, formar mestres, enfim, ditar as políticas educacionais.

Apesar de se esperar que o Estado distribuisse uma educação para todos(as), iguais em direito, não foi isto que aconteceu: a escola pública vai reproduzir a sociedade de classes e acabou prevalecendo uma educação diferenciada, organizada em três níveis: o ensino primário, voltado a uma instrução precária e moralizadora do povo mais pobre; um ensino médio-profissionalizante, para formação das classes intermediárias, e o secundário-generalista que, junto com o ensino superior, se destinava à formação das elites.

Esta escola diferenciada gerou uma série de problemas para os(as) trabalhadores(as), que desejavam educar seus filhos e filhas com qualidade e se questionavam: conseguiriam organizar suas próprias escolas ou defenderiam a escola estatal? Como fazer para que o Estado também servisse aos(as) trabalhadores(as),

oferecendo não apenas uma instrução básica? Diante da impossibilidade de criar suas próprias escolas e entendendo que o Estado teria esta obrigação, prevaleceu a aposta na escola pública. A partir deste momento, a educação entra na pauta dos(as) trabalhadores(as) que iniciam lutas pela gratuidade, laicidade e qualidade da escola pública, entendendo-se que o patrimônio cultural e científico não é privilégio de apenas uma classe.

Este processo aconteceu com características e tempos diferenciados, nos vários países. No Brasil, as discussões para a construção de uma educação nacional foi muito tardia, tomando impulso nas décadas de 1920 e de 1930, com campanhas por reformas educacionais, democratização e renovação do ensino.

A educação brasileira vai conhecer um importante crescimento quantitativo a partir dos anos de 1950, porém, insuficiente para atingir todos(as) em idade escolar. Aliás, esta é uma característica da educação brasileira até hoje: a não universalização. Sem investimentos suficientes, apenas nos anos de 1990 a escola brasileira começa a promover certa universalização, porém, somente no Ensino Fundamental, já o que o Médio e o Superior continuam longe de garantir o acesso aos jovens. Além disto, como a universalização do ensino fundamental ocorreu sem investimentos necessários, assistimos uma deterioração da escola com conseqüências até os dias atuais.

O Ensino Superior é um exemplo da elitização da educação brasileira. Sem investimentos, a opção feita pelos governos anteriores, especialmente no período FHC (1995-2002), foi de expansão do ensino privado, com um crescimento vertiginoso de conglomerados

altamente lucrativos. Atualmente, apenas 20% dos estudantes do ensino superior estão em universidades públicas. Este modelo já mostrou seus limites, uma vez que o país continua carente de quadros universitários. É importante ressaltar que a pesquisa científica é praticamente toda feita no setor público, que continua sendo a referência de qualidade, o que comprova que o modelo privado da educação superior, no qual o principal interesse é o lucro, não garantiu o desenvolvimento científico do país.

Esta é uma demonstração de que não podemos abrir mão da luta histórica dos(as) trabalhadores(as) pela educação pública, pois corremos o risco de não construirmos um padrão de qualidade educacional para o país, uma vez que ficaremos reféns da lógica do lucro. Só uma educação pública, gratuita, laica e universal pode garantir um futuro para seu povo: foi assim com os países desenvolvidos, como França, Coreia do Sul, Inglaterra, Finlândia, etc.: a presença de uma escola pública sólida nos países ricos permitiu o desenvolvimento nacional, dando acesso ao conhecimento e a formação a grandes parcelas da população.

Nestes 70 anos de APP-Sindicato, reafirmamos a luta por este patrimônio da classe trabalhadora que é a escola pública. Só ela permite construir um projeto social cooperativo, solidário e inclusivo e construir uma nação coesa. Se continuar prevalecendo a privatização, ficaremos sem um padrão de qualidade para a educação brasileira, que servirá apenas como fonte de riqueza para os empresários, mas estará condenada ao fracasso enquanto projeto de desenvolvimento nacional.

1963

1ª Greve da categoria denomina-se: Operação Tartaruga. Passeata com cerca de 4mil pessoas.

1968

2ª Greve, denominada de “Congresso do Magistério” para escapar da repressão ditatorial. Categoria ocupa o prédio da ALEP por 24 horas.

1971

Aprovação da lei 5692/71, que reforça o caráter tecnicista e dualista do ensino brasileiro, em consonância com os ideais da ditadura.

1988

30 de Agosto - Governo Alvaro Dias descumpe acordo dos três salários mínimos e reprime a categoria com sua cavalaria.

PAUTA / MOBILIZAÇÕES

PAUTA / MOBILIZAÇÕES

CONQUISTA

CONQUISTA

AMEAÇAS

AMEAÇAS

A quem interessa as atuais reformas e o conjunto de ataques a educação pública

Janeslei Aparecida Albuquerque
– professora de Língua Portuguesa e Literatura da Rede Estadual; Mestre em Educação. Secretária Nacional de Relação com os Movimentos Sociais da CUT Brasil.

A comunidade educacional recebeu indignada a MP 746/2016, que reformulou o Ensino Médio. Há muito tempo se discutem propostas para este nível de ensino e, com certeza, os educadores não aprovariam uma reforma que esvazia conteúdo, prioriza interesses do mercado e restringe o Ensino Médio à preparação precária para o mercado de trabalho, sem oferecer um horizonte para a classe trabalhadora de cursar uma universidade, construir conhecimento, criar e pensar criticamente. O Ensino Superior volta a ser sonho distante e não um direito para as camadas empobrecidas e exploradas da

população e mesmo para amplos setores da classe média.

Essa reforma pretende aprofundar o dualismo histórico da educação: uma escola do conhecimento para os ricos e uma escola de saber precarizado – quando muito um ‘acolhimento social’ – para os pobres. Atualmente, nem mesmo esse acolhimento dos pobres está garantido, basta ver o desmonte de políticas como o Bolsa Família, que guarda importante relação com educação e saúde. Esse dualismo se reveste de grande perversidade ao reproduzir e manter as históricas desigualdades sociais em nosso País.

A MP do Ensino Médio está em consonância com interesses e acordos internacionais que no Brasil são representados, entre outras, pelo movimento *Educação para Todos*, liderado pelo grande empresariado

que financiou o golpe. A classe patronal tem interesse numa organização educacional que atenda aos seus interesses, tanto na formação de mão de obra servil, como na construção de comportamentos para a obediência e aceitação passiva das desigualdades e da injustiça.

Não se podem entender as mudanças propostas para o Ensino Médio desvinculadas do golpe parlamentar que impôs um novo programa de governo, os interesses de seus financiadores, ideólogos, propagandistas, agitadores. Prova disso é que lideranças patronais apressaram-se em justificar as mudanças no Ensino Médio apontando falta de qualidade na educação brasileira. Omitem que são justamente as intervenções do empresariado, do capitalismo neoliberal que tem empobrecido a educação,

e que: “a associação entre as políticas educacionais do Banco Mundial para os países em desenvolvimento e os traços da escola dualista representa substantivas explicações para o incessante declínio da escola pública brasileira nos últimos trinta anos”.¹

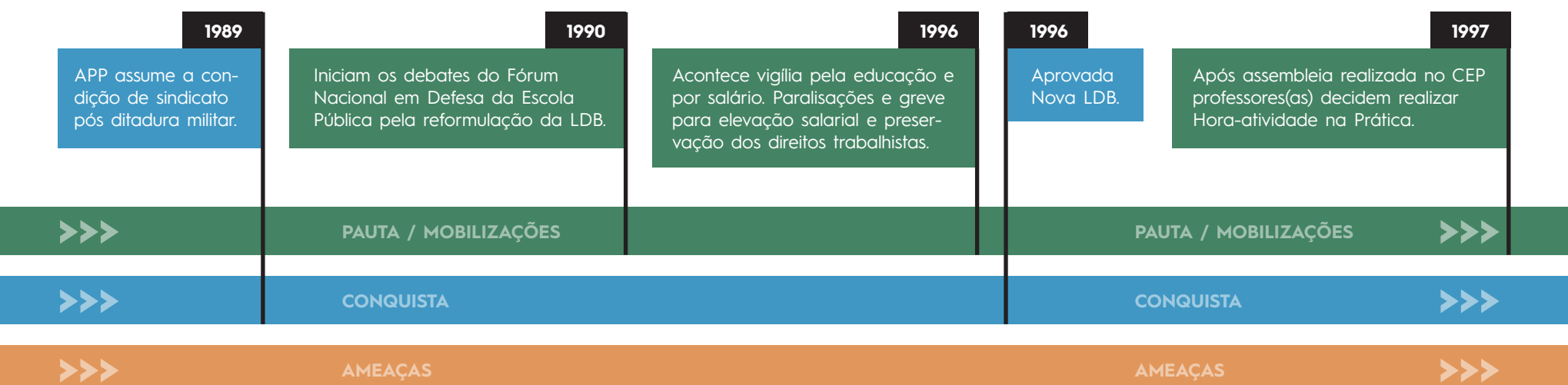
A ideia de oferecer aos estudantes da escola pública um horizonte estreito, precoce e limitado e exigir que decidam aos 14 ou 15 anos o seu futuro profissional, chega a ser cruel. Antonio Gramsci, já em 1930, fazia críticas a esse tipo de proposta e afirmava que “*não podemos hipotecar o futuro dos meninos*”². Durante toda sua vida, Gramsci defendeu uma Escola Unitária que ofereça o conhecimento universal da humanidade e invista na emancipação intelectual.

Não é por acaso que assis-

timos ataques a Gramsci nas manifestações golpistas, feitos por pessoas que provavelmente nunca leram sua obra. Foram manifestações financiadas pelo patronato, interessado em acabar, entre outros direitos, com a CLT. Aqueles que simplesmente seguraram os cartazes não sabiam que o pensador italiano mostrou a importância da formação política dos(as)

¹ Libâneo, José Carlos, “O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres” Educação e Pesquisa [online] 2012, 38 (Marzo) : [Consultado em 28 de setembro de 2016] Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29821428001>> ISSN 1517-9702

² Antonio Gramsci (Ales, 22/01/1891-Roma, 27/04/1937) filósofo e cientista político, líder do Partido Comunista e anti-fascista italiano. http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1201&secao=231



trabalhadores(as) no processo de elevação da consciência. Mas, os que agitaram as massas golpistas, têm um projeto de poder, onde não cabe uma classe trabalhadora consciente. Por isso, o golpe só se completa com um golpe na educação do povo, no currículo, no financiamento, desorganizando a escola pública em todos os seus processos.

A reforma proposta é mais devastadora, pois agrega ao desmonte da educação o que atende pelo nome fantasia de “Escola sem Partido”, uma escola que pretende amordaçar e punir professores(as) caso contrariem o Estado autoritário, onde fica proibida a divergência, a rebeldia e a transgressão juvenil que há muito tempo vem sendo criminalizada sob o rótulo de “violência na escola”. Numa sociedade em que a violência contra mulheres, negros(as) e homossexuais apresenta índices alarmantes, os(as) defensores(as) desse projeto querem proibir que se eduque para a igualdade e a compreensão de todas e todos como sujeitos de direitos. Ora, um país com 500 anos de história e 400 deles sob regime escravista, não pode se furtar a denunciar e combater o racismo! O pensamento crítico tem avançado e tido resposta das no-

vas gerações de estudantes que tem exercitado o seu direito à rebeldia diante dos desmandos contra a educação e a democracia. Pretende-se criminalizar a crítica a um sistema que produz injustiça, desigualdade, violência e miséria.

Os avanços do último período em termos de condições dignas de trabalho e valorização profissional como a Lei do Piso e o PNE, segundo o golpismo, precisa ser contido e desmontado. Conforme declarou o novo Ministro da Educação, “*É preciso enxugar regalias dos professores para equilibrar cofres de estados e municípios*”.³ As mudanças que os agentes do golpe querem impor na educação atende aos interesses de banqueiros e transnacionais: mais retirada de direitos sociais do povo brasileiro.

O PL 30, por exemplo, sobre terceirização, traz precarização do trabalho, menores salários e insegurança. O PL 4962/16 que prevê a prevalência do negociado sobre o legislado, propõe que, numa mesa de negociação, o que está na Lei não terá mais garantias e será objeto de negociação, inclusive direitos consagrados como férias, 13º e licença maternidade. A reforma trabalhista deverá chegar a esse Congresso - onde os(as) trabalhadores(as)

são absoluta minoria, já em fevereiro de 2017 com propostas de redução de jornada com redução de salário, aumento da jornada de trabalho das atuais 180 para 220 horas mensais, até 12 horas por dia, uma forma das empresas se livrarem do pagamento de horas extras.

Mais que uma “reforma”, a MP do Ensino Médio expressa uma mudança profunda na natureza do Estado. A educação como direito está sob ataque, pois para o neoliberalismo, não existem direitos e sim “produtos e serviços” a serem ofertados no “mercado” a quem possa pagar. Há também um “mercado” educacional em disputa por empresas que obtém altos lucros. Pesquisadores afirmam que o mercado educacional no mundo obtém lucros equivalentes aos da indústria automobilística. Essa privatização/mercantilização se materializa de muitas maneiras, como através de ONGs ou “Organizações Sociais” (OS) privadas assumindo a gestão de escolas, que resultará em contratações precárias e o fim de concursos públicos.

O desmonte está em marcha. O encolhimento do Estado Social, no que se refere a direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, minimamente

construído pelos governos que antecedem aos golpistas, é seguido de ataque à soberania nacional. Isso se materializa num entreguismo à transnacionais, banqueiros e rentistas estrangeiros, de ativos estratégicos como petróleo, água, gás, território, acesso ao espaço aéreo, portos e biodiversidade.

A PEC 55 altera profundamente a Constituição Federal de 1988 dando prioridade dos recursos públicos para o rentismo e para o sistema financeiro. Com a PEC 55 não haverá mais obrigatoriedade de financiamento mínimo para a educação e saúde públicas em nível federal e os governos estaduais e municipais se verão também desobrigados do seu cumprimento. A reforma educacional, previdenciária e da assistência social é um imperativo do mercado financeiro que patrocinou o golpe. A reforma da previdência e o fim da aposentadoria especial para o magistério e impõe às professoras mais quinze anos de trabalho pelo menos.

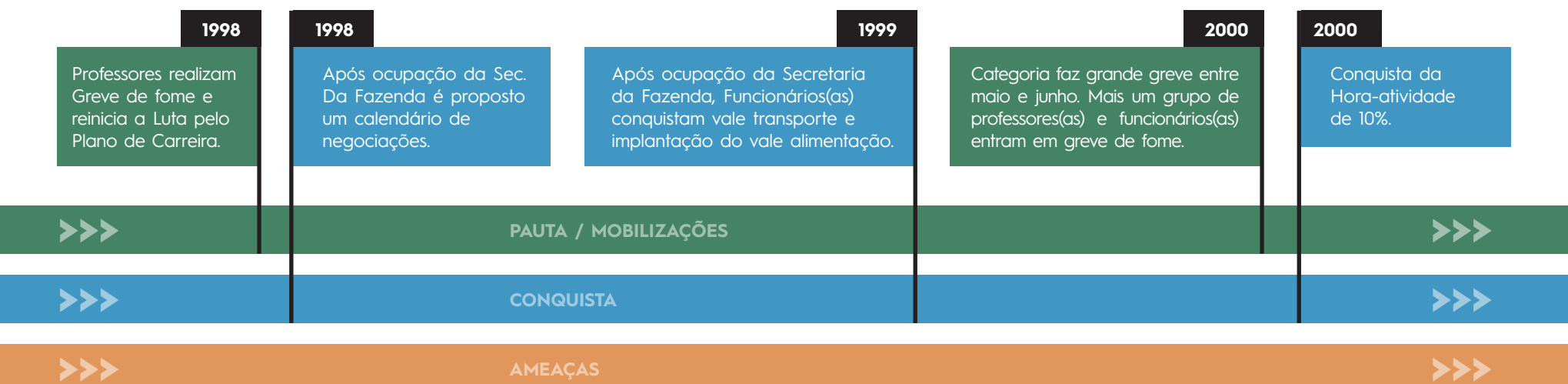
A redução das vagas nas universidades públicas, bem como seu financiamento e ameaças sobre o ENEM como forma de ingresso ao ensino superior, dificulta o acesso das classes

populares e elitiza ainda mais esse nível de ensino, além de ampliar sua privatização.

Nenhuma universidade, sindicato, entidade de defesa da educação pública, organização de mães e pais ou organização estudantil foram consultadas na elaboração dessa *contrarreforma* educacional. Pois, para consubstanciar o processo de dissolução da República não se pode conviver com uma escola que insiste em querer ser crítica, emancipadora, de qualidade socialmente referenciada e que promova a igualdade e a defesa do Brasil e do povo brasileiro. Tais reformas só poderiam ser apresentadas por um governo golpista, que chegou ao poder sem votos. São projetos que jamais passariam no crivo das urnas.

Esse é o sentido político que está nos fundamentos não declarados da famigerada reforma autoritária, medíocre, feita sem ouvir os que estão no chão da escola e que deveriam ser os primeiros a opinar sobre tão relevante matéria.

3 <http://www.midiapopular.net/news/e-preciso-enxugar-regalias-dos-professores-para-equilibrar-cofres-publicos-diz-governo-federal/#.V-q1cfqecRJ>. facebook



Da educação infantil ao ensino superior – a resistência se faz necessária

Celso José dos Santos - Mestre em Ensino, com concentração em Formação Docente Interdisciplinar, pela UNESPAR/Paranavai, Secretário Estadual de Assuntos Municipais da APP-Sindicato, Dirigente da CUT-PR e membro do Conselho Estadual de Promoção Igualdade Racial do Paraná.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) completou 20 anos em 20 de dezembro de 2016. Nesses 20 anos travamos lutas para que o acesso, permanência e conclusão com aproveitamento fosse assegurado a todos(as) os(as) estudantes brasileiros, da educação infantil ao ensino superior. Lutamos para a transformação do FUNDEF, que priorizava o financiamento público apenas para a etapa do ensino fundamental, fragmentando o direito à educação básica e comprometendo o avanço das matrículas. Uma luta que resultou no FUNDEB, em 2006.

Conquistamos em 2008 a Lei do Piso Salarial Profissional Nacional, após 180 anos de lutas, que desencadeou um processo de valorização dos profissionais da educação básica, que influenciou diretamente na implantação de planos de carrei-

ras dos profissionais da educação infantil, fundamental e médio.

Vivemos a promulgação da EC nº 59, de 2009, que estendeu a obrigatoriedade do ensino no Brasil. De tal modo que a educação básica passou a integrar, de forma indissociável a educação infantil, o ensino fundamental e o médio.

Em 2013 tivemos a aprovação da Lei 12.858 que destina 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do pré-sal para a educação. No entanto, até o presente momento, ainda não regulamentada. Após muitas lutas aprovamos o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), com metas e estratégias para assegurar financiamento e políticas públicas para garantir e ampliar o direito à educação pública e gratuita, expresso nos artigos 204 a 214 da Constituição Federal.

Apesar de a educação ser garantida pela Constituição Federal de 1988, e disciplinada pela LDB, esta ainda se encontra negada a muitas crianças e jovens em todo o Brasil. É certo que tivemos um conjunto de políticas públicas de expansão de creches e pré-escolas na educação infantil, de

construção de institutos federais de educação, nos investimentos na educação básica, na expansão de universidades, nas políticas de cotas, e inúmeras medidas de valorização e fortalecimento da educação pública no país. Entretanto quando o PNE prepara as condições para acelerar esse processo, o cenário de instabilidade política e econômica, juntamente com o golpe jurídico parlamentar em curso, abate esse a educação em pleno vôo.

A edição da Medida Provisória 746, que alterou a LDB, fragmenta a indissociabilidade da educação básica, desestrutura e precariza o ensino médio para milhões de jovens em nosso país. Ao mesmo tempo o governo ilegítimo busca implantar a lei da Mordaga e o congelamento de recursos públicos pelos próximos 20 anos, tanto para a educação quanto para os demais serviços públicos no país.

Esse conjunto de mudanças de rumos, produzidas a partir do golpe, ocorrido em 2016, tem acarretado inúmeras lutas e reações por parte do movimento social, sindical e estudantil. Mais uma vez o Paraná assumiu um papel protagonista

no enfrentamento às medidas neoliberais em curso. Tivemos mais de 900 ocupações de escolas públicas, além de greves e lutas de servidores(as) públicos(as), passeatas e protestos de movimentos sociais.

O ano de 2017 começa com a economia em recessão. O Governo Federal ilegítimo pressiona os Estados para reduzir o “gasto público” que atinge diretamente a carreira dos servidores(as), resultado direto da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, oriunda do PL 257.

Essas medidas não têm reflexos apenas no governo estadual, mas atingirão as novas administrações municipais, muitas das quais aliadas ao projeto de estado mínimo e de criminalização dos movimentos sociais e de desvalorização dos servidores(as) públicos(as).

Nesse momento de forte ataque ao estado democrático de direito, aos direitos sociais conquistados na Constituição Federal de 1988, nos direitos trabalhistas e na organização dos(as) trabalhadores(as), é mais que necessário à unidade entre o conjunto dos trabalha-

dores, e particularmente entre os trabalhadores em educação, da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio e do ensino superior. Ao mesmo tempo é fundamental a participação da comunidade escolar (estudantes, pais, mães e responsáveis) nessa resistência.

A APP Sindicato é uma ferramenta de luta em favor da Escola Pública, que prima pela qualidade de ensino, pela valorização dos professores e funcionários, tanto nas redes municipais, quanto na rede estadual. E num ano que começa com profundos desafios e ataques dos governos de plantão é necessária a unidade da categoria e a preparação para um ano de grandes mobilizações, no âmbito municipal, estadual e nacional. A educação Pública, organizada em nível Nacional pela CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação propõe o início da greve nacional da educação para 15 de março, a fim de evitarmos o desmonte da educação e assegurarmos os direitos de aposentadoria, atacados por Temer e seus aliados no Congresso Nacional.

2002

Aprovada Hora-atividade de 20% na ALEP.

2003

APP promove debate sobre Gestão que resulta em proposta para eleição de diretores e é aprovada na ALEP como Lei 14231/03.

2004

Após 55 anos de luta, o magistério conquista Plano de Carreira! E Funcionários(as) de Escolas debatem Plano de Carreira, em evento que reuniu mais de 2 mil pessoas.

2005

Funcionários(as) de Escola conquistam concurso público e Profuncionário passa a ser realidade no PR após intervenção da APP junto ao MEC/SEED.



PAUTA / MOBILIZAÇÕES



CONQUISTA



AMEAÇAS



A Pedagogia das Ocupações – estudantes lutam e ensinam a defender a Escola Pública

“A minha pergunta inicial é: de quem é a escola? A quem a escola pertence? (...) Nós não estamos lá de brincadeira, nós sabemos pelo que nós estamos lutando, a nossa bandeira é a educação, a nossa única bandeira é a educação”.

Ana Júlia Ribeiro, estudante, 16 anos, em discurso na Assembleia Legislativa do Paraná.

As palavras de Ana Júlia ecoaram em todo o país. Em outubro de 2016, mais de 900 escolas foram ocupadas no Paraná por estudantes indignados(as) com a MP do Ensino Médio e com a PEC 55, que limita os investimentos nas áreas sociais. A MP foi imposta sem qualquer debate, desconsiderando as propostas acumuladas pelas entidades ligadas à educação – inclusive o movimento estudantil. Na fala de Ana Júlia fica evidente como os(as) estudantes conheciam as razões de seu movimento.

Em momento algum foram manipulados(as) ou serviram de massa de manobra, como acusaram aqueles(as) que menosprezaram a organização e a lucidez de suas ações que tanto nos ensinaram e nos dão esperança na luta.

O movimento “Ocupa” demonstrou a sua capacidade de reivindicação, por meio de uma organização inovadora e democrática e se constituiu numa luta contra o descaso de que a escola pública é vítima. O movimento chamou a atenção

para as péssimas condições de muitas escolas, reiterando as denúncias que a APP faz sobre a estrutura decadente das mesmas. Durante as ocupações, os(as) estudantes fizeram reformas, pinturas e limpezas nos prédios, demonstrando a relação de pertencimento e afeto com suas escolas.

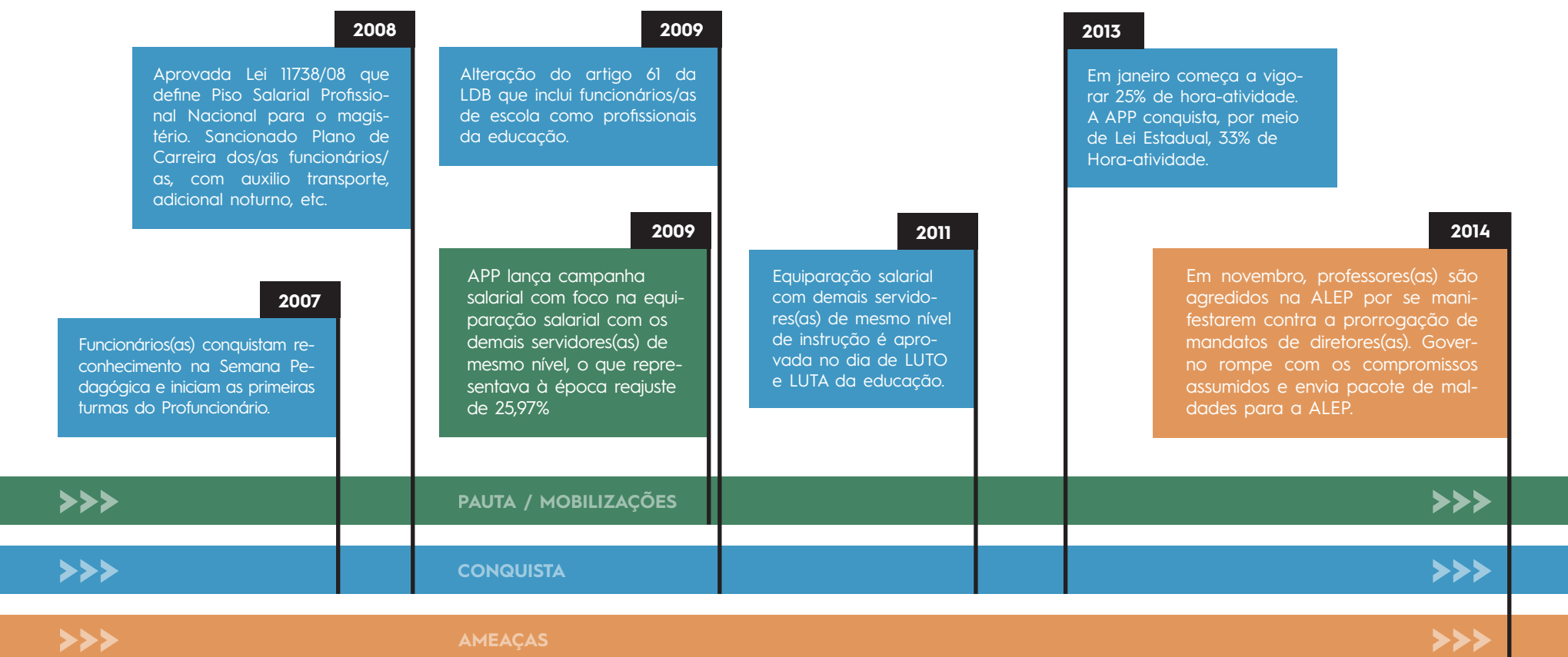
Os(as) jovens secundaristas também foram obrigados(as) a enfrentar a fúria fascista, engendrada por grupos que não aceitam que estudantes tenham a capacidade de propor uma

nova escola, mais democrática e que esteja a serviço da educação pública. Um dos aspectos mais importantes do movimento foi a realização de oficinas, palestras e cursos que contaram com a participação de professores(as), artistas, advogados(as) e diversos outros profissionais.

Para quem dizia que os(as) estudantes das ocupações não queriam estudar, estes(as) mostraram que suas reivindicações se deram, sobretudo, num plano pedagógico, construindo um currículo inovador, propondo

temas e conteúdos de interesse dos(as) jovens, organizando seus tempos e espaços de maneira criativa. Temas e métodos eram decididos pelo coletivo dos(as) estudantes, onde se debatiam conteúdos relevantes.

Desta forma, o movimento se constituiu numa verdadeira Pedagogia das Ocupações, que ensinou a todos(as) nós a importância de se organizar para defender, de maneira séria e coletiva, a escola pública que tem, nos estudantes, sua principal razão de ser.



JORNADA CONTINENTAL PELA DEMOCRACIA CONTRA O NEOLIBERALISMO

“Nenhum passo atrás! Povos em luta pela nossa integração, autodeterminação e soberania”.

A **Jornada Continental pela Democracia contra o Neoliberalismo** tem como objetivo reforçar as alianças entre movimentos populares e organizações sociais, para enfrentar o atual período político da América Latina. Ela terá quatro pontos de debates para a unificação das lutas:

1 – A luta pela Democracia – a democracia na América vem sofrendo grandes ataques, nas tentativas do capital em implementar seu projeto. Não há respeito à democracia, como está demonstrado na série de golpes que ocorreram no Haiti, Honduras, Paraguai e Brasil; nas tentativas de golpe na Venezuela ou na desestabilização e pressões sobre governos, como na Bolívia, Argentina, Chile, El Salvador.

2 – A luta contra os agentes centrais da ofensiva neoliberal – os agentes desta nova ofensiva são as transnacionais e a divisão internacional do trabalho, que estão trabalhando fortemente contra as soberanias nacionais e o desenvolvimento social. No Brasil isto fica muito claro quando o atual governo golpista quer entregar para as transnacionais o Pré-sal, uma das maiores reservas petrolíferas do planeta.

3 – A luta contra os Tratados de Livre Comércio – Há uma nova onda de tratados, como os tratados bilaterais, TPP (Transpacífico) etc., que não beneficiam os países da América Latina.

4 – A Integração latino-americana – neste pon-

to, ressalta-se a unidade das lutas, para o desenvolvimento das pautas comuns.

A proposta da Jornada é aproveitar datas comemorativas, como o dia 08 de Março ou o 1º de Maio para realizar mobilizações, onde serão organizados encontros temáticos e setoriais, como acampamentos de juventude, sindicalistas, feministas, ambientalistas, indígenas, entre outros. Outros temas previstos são: o estabelecimento de bases militares estrangeiras em nossa região e a defesa da soberania dos povos originários. Finalmente, em novembro de 2017, haverá um grande encontro em Montevideu onde se espera cerca de 10.000 pessoas.

Para este encontro em Montevideu, serão organizados debates nos quatro eixos descritos acima: **democracia, transnacionais, livre comércio e tratados e integração**. Ao final, haverá uma grande plenária, com o estabelecimento de um calendário de lutas. Outro objetivo é organizar um Fórum de Partidos Políticos e um Fórum Parlamentar com propostas para os próximos anos.

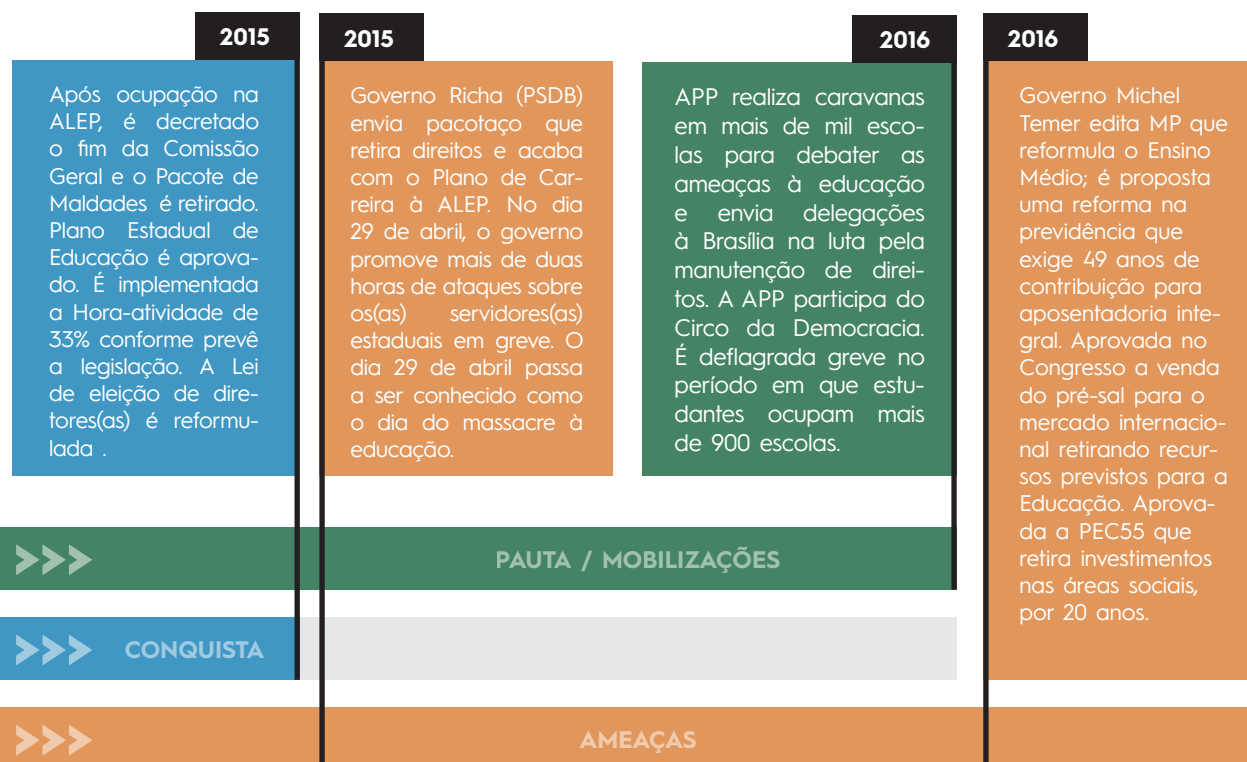
A Jornada não pretende ser apenas um evento, mas uma rearticulação das resistências para enfrentar o avanço do neoliberalismo. Neste sentido, a educação é um setor chave neste movimento, porque agora é o momento de multiplicar as informações e reflexões, atingindo trabalhadores(as) e estudantes.

Conferências da Educação – a educação em debate

Programas escolares são encerrados e novos são criados; um usurpador toma o governo e mudanças nas diretrizes escolares são implantadas; os rumos da educação paranaense e brasileira modificam-se. Não há como fugir da discussão. É tempo de enfrentamento. As Conferências de Educação são momentos em que a sociedade faz valer sua voz e suas reivindicações. É momento de participação popular.

Em 2017 vai acontecer a Conferência de Educação da APP e as etapas regionais e estaduais da CONAE – Conferência Nacional de Educação. Momento em que os(as) trabalhadores(as) da Educação devem avaliar o cenário educacional e propor as mudanças necessárias. Mais do que nunca, em um cenário desafiante, a nossa participação, na construção de políticas, se faz necessária.

Fiquem atentos para as datas, que devem sair em breve. Todos e todas estão convidados(as) a estarem juntos(as) nas discussões e formulações das etapas escolares, regionais e estadual das Conferências. O debate e ação coletivas, na perspectiva da classe trabalhadora, são instrumentos de resposta aos desmandos governamentais para a área de educação.



EXPEDIENTE

APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Filial à CUT e à CNTE. Av. Iguaçu, 880, Rebouças, Curitiba / PR - CEP 80.230-020 - Tel.: (41) 3026-9822 | Fax (41) 3222-5261 Site: www.appsindicato.org.br. **Presidente:** Hermes Silva Leão | **Secretário de Comunicação:** Luiz Fernando Rodrigues | **Assessor de Comunicação:** Tiago Tavares Somma | **Jornalistas:** Aline D'avila de Lima, Fabiane Lourencetti Burmester (4305-PR), Uanilla Pivetta (8071-PR) e Valnísia Mangueira (893-SE) | **Projeto Gráfico e diagramação:** Rodrigo Augusto Romani (7756-PR) | **Técnica em atendimento (fale conosco):** Valdirene de Souza | **Monitor de redes e mídias sociais:** Luan Pablo Romero de Souza | **Ilustração capa:** Ctrl S Ilustração | **Impressão:** WL Impressões | **Tiragem:** 50 mil exemplares.

Produção em parceria com a Secretaria Educacional da APP-Sindicato - educacional@app.com.br • **Organização:** Walkíria Olegário Mazeto, Antonio Frutuoso, Juliana Costa Barbosa e Maria Rosa Chaves Künzle.

Gestão Somos mais APP – Em defesa da Escola Pública (2014-2017)

• Hermes Silva Leão - Presidente • Vanda do Pilar Santos Bandeira Santana - Secretaria Geral • Arnaldo Vicente - Secretaria de Política Sindical • Walkíria Olegário Mazeto - Secretaria Educacional • Nádia Brixner - Secretaria de Funcionários • Marlei Fernandes de Carvalho - Secretaria de Finanças • Mariah Seni Vasconcelos Silva - Sec. Adm. e Patrimônio • Celso José dos Santos - Secretaria de Assuntos Municipais • Luiz Fernando Rodrigues - Secretaria de Comunicação • Mario Sérgio Ferreira de Souza - Secretaria de Assuntos Jurídicos • Valci Maria Mattos - Secretaria de Aposentados • Alfeu Luiz Capellari - Secretaria de Políticas Sociais • Tereza de Fátima dos Santos Rodrigues Lemos - Secretaria de Organização • Janeslei Albuquerque - Sec. de Formação Política Sindical • Rose Mari Gomes - Secretaria de Sindicalizados • Elizamara Goulart Araújo - Sec. de Gênero, Relações Étnico-Raciais e dos Direitos LGBT • Ralph Charles Wandpap - Secretaria de Saúde e Previdência.